



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

ANÁLISE CRÍTICA DA DIALÉTICA ENTRE IDEOLOGIA ALTHUSSERIANA E DESTRUIÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO SISTEMA-MUNDO

Vitor de Paula Marinho¹

Discente no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento-PPGMade
Universidade Federal do Paraná-UFPR¹
vitormarinho@ufpr.br

Prof. Dr. Dimas Floriani²

Docente no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento-PPGMade
Universidade Federal do Paraná-UFPR²
floriani@ufpr.br

GT7: Crise Socioambiental; capitalismo histórico e sistema-mundo

RESUMO

A proposta deste artigo, é analisar como a ideologia, abordada por Louis Althusser e a pulsão de morte, apurada por Herbert Marcuse encontram-se intimamente relacionada à crise socioambiental no sistema-mundo econômico e exemplificados em contexto brasileiro. A partir de uma pesquisa bibliográfica crítica, propõe que o desenvolvimentismo se dá como mecanismo de interpelação ideológica, naturalizando a exploração do ambiente natural e suas comunidades, enquanto a racionalidade instrumental agencia *Eros* para fins de acumulação. Em contrapartida, aponta a racionalidade ambiental enquanto alternativa à essa lógica. Destaca-se neste texto a discrepância entre o financiamento de políticas agrícolas e socioambientais, argumentando por fim, que a suplantação da crise socioambiental requer tanto a desconstrução de aparatos ideológicos, quanto a adoção de novos paradigmas socioambientais.

Palavras-chave: Ideologia; Pulsão de morte; Racionalidade ambiental; Destruição socioambiental; Amazônia.

Destaques

- A ideologia opera como mecanismo de naturalização da destruição socioambiental
- No sistema-mundo capitalista a pulsão de morte torna-se institucionalizada
- A racionalidade ambiental desponta como uma contra-ideologia de caráter emancipatório

INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre a complexidade da mente humana implica na fricção de diversas abordagens epistêmicas e tradições teóricas-conceituais a respeito do assunto. Cada uma dessas abordagens pode nos apontar distintas interpretações a respeito das emoções, cognição, além de comportamentos sociais e socioambientais. As abordagens psicológicas oferecem bases



teóricas, mas os saberes tradicionais e as filosofias orientais também apresentam visões únicas da subjetividade humana, em grande parte, integradas à natureza.

Em sociedades sujeitadas ao sistema-mundo econômico, o que se sobressai é uma visão distorcida a respeito do ambiente natural, reduzindo-o a mero recurso a ser explorado e distanciando-se de concepções que compreendem o mundo natural como uma das dimensões da vida humana.

Como exemplo dessas relações, temos assistido cotidianamente no Brasil o envenenamento das águas, da atmosfera, dos alimentos, do solo, a transgenia, a devastação de florestas, as queimadas em grande parte dos biomas, o escoamento de mercúrio nos leitos dos rios e a consequente contaminação de terras e comunidades indígenas e quilombolas. E todas essas catástrofes têm demonstrado, sob a égide do capital, a maneira devastadora como temos nos relacionado com o ambiente natural e seus recursos. A destruição e degradação socioambiental na contemporaneidade tem escancarado o quanto o modelo de produção capitalista dentro do sistema-mundo é destruidor em sua essência e tem se intensificado diuturnamente desde sua imposição instaurada com a Revolução Industrial do século XVIII.

Diante dessa problemática, o objetivo deste artigo é, a partir de uma visão panorâmica do conceito de ideologia, trabalhado por Louis Althusser (1999), friccionar a operação ideológica do sistema-mundo capitalista com a conformação, ou como salienta Marcuse (2015), a unidimensionalização das subjetividades contemporâneas. Por fim, apontaremos a racionalidade ambiental (LEFF, 2006) como contraponto, um paradigma alternativo da relação sociedade-natureza. Para isso, partiremos de uma pesquisa bibliográfica que elenque os principais pressupostos da relação entre ideologia e produção de subjetividades no sistema-mundo capitalista, tomando a racionalidade ambiental em oposição à racionalidade instrumental hegemônica.

Em tempo, este artigo se justifica pela urgente necessidade de desvelar os mecanismos ideológicos que intensificam e agravam as destruições socioambientais, pela importância de analisar criticamente o sistema-mundo capitalista enquanto produtor de subjetividades aliadas à sua conformação, além de contribuir para o debate acadêmico em torno dessa costura.

METODOLOGIA



Dentro da extensa gama de métodos de pesquisa, tanto disponíveis quanto ainda no devir daqueles que se propõe a esta tarefa, a pesquisa bibliográfica se delinea como um dos eixos metodológicos principais no campo da investigação científica, podendo ser caracterizada como uma sistematização de levantamentos, análises e interpretações críticas de dados anteriormente abordados, em fontes que vão desde livros, relatórios técnicos, documentos oficiais até artigos científicos, dissertações e teses. A esse respeito, Gil (2019) e Lakatos e Marconi (2021), apontam que a essencialidade da adoção deste método de pesquisa reside na possibilidade de situar o estudo em questão dentro de um corpo teórico existente, trabalhando tanto com as contribuições anteriormente consolidadas, quanto com a possibilidade de localização de lacunas que abrem brechas a novas investigações.

Neste processo de contextualizar ideias, a partir de uma postura crítica, torna-se permitida a comparação de diferentes abordagens e identificação de convergências e divergências no campo de estudo escolhido. Dessa maneira, o processo de confrontação de ideias e pressupostos teóricos transmutam-se em alicerces sólidos para apontar hipóteses e questões singulares no trabalho a ser executado (FLICK, 2020).

Não é raro que nesse recorte a pesquisa bibliográfica seja qualificada como revisão de literatura ou bibliográfica, isso acontece, segundo Lima e Miotto (2007), pelo fato de não haver uma compreensão de que a revisão de literatura é somente um requisito para a realização de uma pesquisa, enquanto a pesquisa bibliográfica envolve um conjunto de procedimentos minimamente ordenados e com foco no objeto de estudo.

Dessa forma, ao considerar a pesquisa qualitativa, Minayo (2014) aponta que todo objeto de estudo apresenta certas especificidades. A primeira delas é seu caráter histórico, ou seja, pode ser localizado temporalmente e além disso pode ser transformado no decorrer do tempo. Outra especificidade é que ele possui consciência histórica, ou melhor, não é somente o pesquisador que irá atribuir sentidos, mas a sociedade enquanto um todo na medida em que este objeto se relaciona com o contexto social. Além dessas especificidades, Minayo (2014) evidencia que o objeto apresenta uma identidade com o sujeito, ou seja, de uma forma ou de outra o pesquisador se identifica com ele. O objeto também possui especificidades intrínseca e extrinsecamente ideológicas, isso quer dizer que expressa concepções e visões de mundo que foram historicamente configuradas, ainda que oscilando entre submissão e resistências às



estruturas de poder dominante. Por fim, a autora destaca que o objeto é essencialmente qualitativo, visto que a realidade social tem riquezas para além das teorizações e estudos sobre ela, isso não quer dizer que o uso de dados quantitativos sejam descartados (MINAYO, 2014).

Entende-se, portanto, que o processo de pesquisa se faz em uma atividade científica básica, que por meio de indagações e reinterpretação da realidade, movimentam as atividades de ensino, bem como a atualiza diante da realidade. Desta forma, como vincula pensamento e ação, evidencia que primeiro a questão problema ocorre na vida prática, para depois tornar-se uma questão do campo intelectual-acadêmico (MINAYO, 2001). Os caminhos e concepções teóricas, neste caso, constituem o processo de apreensão e compreensão da realidade, ou como Minayo (2014) nos aponta, é a metodologia que traz à luz e explicita as fundamentações teóricas essenciais, além de expor as implicações e complexidades do processo de entendimento de uma determinada realidade e os sujeitos humanos em relação com ela.

Portanto, a metodologia adotada neste trabalho combina a pesquisa bibliográfica crítica e análise conceitual, articuladas em três eixos, sendo eles a revisão das teorias de ideologia de Louis Althusser e sua materialidade nos aparelhos de Estado, a análise da dialética das pulsões com foco na destrutividade abordadas por Herbert Marcuse e por fim, a fricção da racionalidade ambiental proposta por Henrique Leff como alternativa epistêmica e política à racionalidade instrumental. Para isso, o critério de seleção de fontes tem recorte temporal, com a utilização de obras seminais e autores contemporâneos acessados em bases de dados como por exemplo o Google Acadêmico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao se aprofundar no pensamento de Althusser (1999), fica razoavelmente evidente que, na perspectiva do filósofo, a contribuição marxista seria insuficiente e pouco descritiva em algumas de suas argumentações, sobretudo quando trata das formas de manifestação das instituições de Estado nas relações sociais. Com o propósito de ultrapassar esse caráter descritivo ineficiente, Althusser propõe uma teoria que almeje a análise da totalidade social a partir do elemento ideologia.

A ideologia compõe a vida material e histórica de toda a sociedade e apresenta-se de forma ativa nas relações de classe dentro do regime capitalista. Além de sua atuação material, ela também opera no inconsciente dos indivíduos, ou seja, ela não decorre da sedimentação



intelectual, mas é introjetada por meio de um processo que se lhes escapam. Neste contexto, não surge de uma ideia casual de cada indivíduo, mas de um elemento inconsciente forjado socialmente (ALTHUSSER, 1999).

Há, portanto, que se ter um pouco de cuidado quando se diz que a teoria althusseriana da ideologia é fundamentalmente inconsciente, ela não é em absoluto alheia à consciência como afirma Sampedro (2010), mas “consiste numa elaboração sujeita às condições inconscientes que permite aos indivíduos e aos grupos imaginar sua prática” (p.41). Melhor dizendo, estas elaborações que operam a ideologia dependem, em cada momento, de predisposições que escapam ao controle dos indivíduos, a ideologia “constitui um conteúdo consciente através de um processo inconsciente” (SAMPEDRO, 2010, p. 41).

Neste sentido, a ideologia enquanto prática social, resulta de algum aprofundamento da compreensão marxista de Estado. O Estado ocupa um papel ideológico fundamental na estrutura do sistema-mundo capitalista das sociedades contemporâneas. Se para Marx (2008), o Estado é considerado um aparelho repressivo, que garante à classe dominante manter e assegurar sua soberania, submetendo a classe trabalhadora ao processo de alienação e extorsão da mais-valia, Althusser entende o aparelho de Estado como algo muito maior e mais complexo, compreendendo-o tanto pela via do aparelho repressivo, quanto pelo ideológico.

Pode-se dizer com isso que o aparelho repressivo de Estado é caracterizado pela função clássica de exercer a violência de forma monopolizada e institucionalizada, cuja presença e necessidade se manifestam nas demandas da prática jurídica que atuam diretamente como uma força repressora, subordinada ao governo e à administração. Neste campo está composto os governos, ministérios, exércitos, presídios, polícias, etc., funcionando todos pela lógica da violência (ALTHUSSER, 1970).

Enquanto os aparelhos repressivos funcionam predominantemente pela força, os ideológicos funcionam pela ideologia. Nenhum aparelho é exclusivamente repressivo ou ideológico, mas enquanto o repressivo é unificado no próprio Estado, os ideológicos são múltiplos e descentralizados. Estes últimos, como as igrejas, partidos políticos, jornais, escolas, empreendimentos culturais, etc., pertencem ao domínio privado, ao contrário do repressivo que está sob domínio público. Aqui, torna-se importante salientar que não é porque algumas



estratificações sociais escapam do domínio público estatal que elas não estejam ligadas à dominação do Estado.

A distinção entre o público e o privado se insere internamente ao direito burguês, válida apenas nos domínios onde este exerce sua autoridade. Contudo, o domínio do Estado escapa a essa divisão, pois está além do direito. O Estado, enquanto expressão da classe dominante, não pode ser classificado como público ou privado, ao contrário, ele constitui a própria condição para que tal distinção seja possível. De maneira análoga, ao analisar os Aparelhos Ideológicos de Estado, o que se destaca não é se as instituições que os materializam são públicas ou privadas, mas sim o funcionamento dessas instituições, podendo estas atuarem como Aparelhos Ideológicos de Estado e desempenharem funções ideológicas que contribuem para a manutenção da hegemonia da classe dominante (ALTHUSSER, 1970). Portanto, a ideologia na qual os aparelhos ideológicos são fundamentados encontra sua amarração na ideologia dominante.

Neste aspecto, a Ideologia, torna-se um conceito central nas análises a respeito da sociedade e das relações de poder. Nessa premissa, desenvolve o papel central na construção e modulação das subjetividades e na manutenção das estruturas sociais, o que levou o filósofo a elencar e desenvolver sua abordagem a respeito da ideologia a partir de cinco eixos, sendo eles: Interpelação; Ideologia como Representação; Estruturas Ideológicas; Materialidade da Ideologia e Contradições. (ALTHUSSER, 1999)

Tomaremos de saída a Interpelação Ideológica, onde a ideologia interpela os indivíduos, ou melhor, como ela “chama” as pessoas a se identificarem com certas identidades e papéis sociais. Esta interpelação é crucial para a formação e modulação subjetiva, visto que molda como os indivíduos se veem e se comportam socialmente. O que decorre disso é que, a interpelação ideológica torna-se fundamental para construção das subjetividades na medida que os indivíduos não são apenas receptores passivos de ideologias, mas identificam-se ativamente com elas. A interpelação, neste sentido, não é apenas uma imposição externa, mas uma internalização que afeta de maneira profunda a forma como as pessoas se veem (ALTHUSSER, 1970).

Desta forma, a ideologia pode ser considerada um sistema de representações tomadas como estruturas que se impõe aos indivíduos sem passar pela consciência. Nesta perspectiva,



pode ser tomada como a expressão da relação dos indivíduos com seu mundo, isto é, de sua relação real e de sua relação imaginária. Logo, é nesta sobredeterminação¹ do real pelo imaginário e vice-versa, que a ideologia torna-se princípio reforçador ou modificador da relação dos indivíduos com suas condições de existência (ALTHUSSER, 1986).

Pois bem, se a ideologia se configura como um todo-complexo, marcado por oposições e contradições, existem portanto, desigualdades entre ideologias particulares na medida que há o confronto da ideologia da classe dominante com a da classe dominada (no contexto latino-americano, poderíamos dizer colonizada). A classe burguesa, por exemplo, vive sua ideologia uma vez que ela acredita em seu mito, estabelecendo uma relação imaginária com suas condições de existência reais e, oportunizando que ajam sobre si mesmo e sobre os outros com o intuito de preencher e suportar seu papel histórico de dominação e exploração.

Althusser (1970), sustenta a definição de eternidade da ideologia (omni-histórica) e a relação imaginária dos indivíduos com as condições da existência no plano do inconsciente, admitindo claramente a influência da psicanálise em sua construção teórica. Há, com isso, a incorporação de novas observações ao introduzir no conceito de ideologia a materialidade da ideologia como prática, em especial no que diz respeito ao efeito de interpelação da ideologia na constituição dos sujeitos e na sujeição destes ao Sujeito².

O sujeito forjado por Althusser tem uma relação nítida com a psicanálise lacaniana, sobretudo a partir da perspectiva do *Estádio de espelho como formação do eu*³ (Lacan, 1949).

¹ A sobredeterminação destaca a interdependência entre as diversas esferas da vida social, permitindo uma análise mais rica e dinâmica das forças que moldam a realidade, ao mesmo tempo em que reconhece a luta e a resistência presentes nas interações sociais. Assim, ela contribui para uma compreensão mais complexa das relações de poder e da constituição do sujeito na sociedade. O conceito de sobredeterminação em Althusser, portanto, refere-se à ideia de que fenômenos sociais, políticos e históricos são o resultado de múltiplas causas que se interagem de maneira complexa, ao invés de serem determinados por uma única variável, como a economia.

² O Sujeito, nesse caso com "S" maiúsculo, representa uma categoria teórica que vai além do indivíduo, englobando as formas de subjetividade que emergem das relações sociais e ideológicas. O Sujeito é visto como uma construção histórica e social, interpelado pelas ideologias que operam nas instituições e práticas culturais. Essa interpelação faz com que os indivíduos reconheçam a si mesmos em determinadas identidades sociais, ao mesmo tempo em que são moldados por essas estruturas. Assim, o Sujeito não é uma entidade autônoma, mas uma expressão das dinâmicas de poder e das condições materiais que caracterizam uma determinada sociedade.

³ O "estádio do espelho" é um conceito fundamental na teoria de Jacques Lacan, na qual é descrita como uma fase do desenvolvimento infantil em que a criança se reconhece pela primeira vez em um espelho. Esse momento de reconhecimento é crucial para a formação do "Eu", já que representa a construção da identidade e a separação do outro. Durante essa fase, a imagem refletida no espelho fornece à criança uma sensação de unidade e completude, contrastando com sua experiência interna de fragmentação e vulnerabilidade. No entanto, essa identificação é ilusória e gera processos de tensão, visto que o "Eu" se forma em relação ao outro, levando à dinâmica de desejo e alienação. Sendo assim, o estádio do espelho é um ponto de partida para a entender, do ponto de vista



Neste recorte, o sujeito é tanto o sujeito da ação quanto o sujeito sujeitado a outro Sujeito. A noção de indivíduo, nesse caso não existe, considerando que um indivíduo é sempre sujeito desde seu nascimento, que a ele é dado um nome, portanto, sujeitado à interpelação sem que esse mecanismo de sujeição seja percebido. Dito isso, haverá sempre um mecanismo de conhecimento-desconhecimento pelas vias da interpelação na constituição psíquica, ou seja, os sujeitos se reconhecem nos planos discursivos ainda que desconheçam os mecanismos interpelatórios os quais reproduzem relações de poder nas sociedades.

Dessa maneira, cada sujeito vive sob várias ideologias simultâneas cujos efeitos da interpelação combinam-se em atos inscritos em práticas regulamentadas por rituais, e é por isso que as interpelações discursivas constituem, em cada pessoa, uma pluralidade de sujeitos que se reconhecem em distintos Sujeitos.

Com isso, a interpelação ideológica nos oferece uma compreensão valorosa para a leitura das formações de identidades e comportamentos moldados por diferentes ideologias. E é nesse sentido que tomaremos a palavra “desenvolvimento” como um dos horizontes ideológicos sustentados por formas discursivas predominantes no cenário brasileiro. Aliás, o binômio desenvolvimento/modernidade, enquanto ideologia, foi elaborado numa perspectiva histórico-evolutiva como forma de comprovação da suposição de atraso atribuída ao que chamaram de países subdesenvolvidos ou periféricos. Desenvolvimento e modernidade ganharam destaque discursivo enquanto pressupostos para cindir com o passado “arcaico” e elevar países subdesenvolvidos à gloriosa emancipação.

Não é difícil identificar no Brasil a presença de significantes⁴ da interpelação da ideologia do desenvolvimento operada pelo viés capitalista, dando as caras na materialidade discursiva, bastando recorrer aos discursos dos últimos governantes eleitos presidentes/presidenta do Brasil⁵.

psicanalítico, a complexa relação entre a identidade, o desejo e a linguagem na psicanálise lacaniana.

⁴ Os significantes são as unidades fundamentais da linguagem que desempenham um papel crucial na formação do inconsciente e na estruturação do desejo. Considerando o inconsciente estruturado como linguagem, os significantes não têm um significado fixo, mas adquirem sentido em relação a outros significantes dentro de uma cadeia. Essa dinâmica de significantes, que se deslocam e se articulam, revela como a identidade e o desejo são construídos social e linguisticamente. Destaco que a relação entre significantes e significados é sempre mediatizada, o que implica que o desejo humano é, em última análise, um desejo de algo que nunca pode ser totalmente alcançado.

⁵ BRASIL. **Biblioteca da Presidência da República**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.



Obviamente, os discursos dos que avançaram a ocupar a cadeira presidencial, não representam parte da parcela da população brasileira. No entanto, temos de considerar que ao menos cinquenta por cento, ou seja, a maioria da população, sob os braços da democracia, elegeu os representantes e a representante do povo. Ou seja, mesmo que a ideologia do desenvolvimento, presente nos discursos de empossamento, escape à dimensão consciente da maioria dos eleitores, a interpelação ideológica desenvolvimentista ocupou seu lugar de Sujeito. Mas isso não é novo em território brasileiro, desde a década de cinquenta até hoje, não é difícil encontrar nas narrativas políticas e econômicas o desenvolvimento como horizonte ideológico. É o caso da Era Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1951), com o incentivo à industrialização, construção e infraestrutura, além da entrada de capital estrangeiro, sobretudo a partir da indústria automobilística.

Em decorrência disso, temos visto diuturnamente consequências socioambientais graves desencadeadas pelo imperativo ideológico: em setembro de 2024 o sul do país vivenciou uma das maiores enchentes da história brasileira, o bioma pantanal queimou ao menos 700 mil hectares, a Amazônia ardeu em chamas com seus 5,4 milhões de hectares queimados, além dos 4 milhões de hectares de cerrado levados às cinzas.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia- Ipam⁶, grande parte dos incêndios ocorridos no ano mencionado estão relacionados a práticas agropecuárias e são causados intencionalmente. São inúmeras as dimensões de devastação, desde as sócio-simbólicas das populações das águas e das florestas, que mantêm relação estrita com esses biomas, até a perda de biodiversidade, dos mananciais, da fauna e da flora.

Embora essa lógica ideológica de desenvolvimento tenha sido desde muitos anos a aglutinadora da devastação e da morte, ela ainda continua operando. É justo lembrar que, o imperativo desenvolvimentista chega nessas terras desde o momento em que colonizadores europeus ancoraram no litoral atlântico, delineando uma lógica de exploração e colonização do território, chanceladas por interesses mercantilistas e econômicos. Com isso, constata-se que o imperativo da interpelação ideológica do desenvolvimento, no decorrer da história, deixou e segue deixando rastros de destruição e aniquilamentos diversos. Como nos lembra

⁶ INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). **Foco no fogo: tudo o que você queria saber sobre fogo na Amazônia**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/foconofogo/>> Acesso em: jan. 2025.



Fromm (1975), ao destacar que a destrutividade não é inerente ao ser humano, mas produto histórico de sociedades alienadas que subvertem a dominação da natureza e de corpos em imperativos civilizatórios. Dessa forma, o que se apresenta enquanto progresso ou desenvolvimento, na realidade pode ser considerado como expressão da racionalidade instrumental, que sob as alcunhas do sistema-mundo econômico, converte-se em máquinas de aniquilação da vida, sejam elas humanas ou não humanas.

Mas, se a dita “modernidade” faz uma ode à suposta liberdade humana, Marcuse (2015) denuncia essa ironia, advertindo que sob a racionalidade técnica do sistema-mundo econômico há um sofisticado mecanismo de repressão pulsional e, portanto de dominação socioambiental. Seu argumento parte de uma minuciosa análise da sociedade industrial avançada e da conclusão de que tal sociedade não só administra as necessidades humanas, como também criam essas necessidades em consonância com sua lógica mortífera. Com isso, a sociedade, agora unidimensional, sofre o aniquilamento constante de sua capacidade de imaginar alternativas ao *status quo*, convertendo sua pulsão de vida (Eros) em energia para a máquina capitalista.

Na descrição marcusiana, os indivíduos coexistem nestas diferentes dimensões- *Eros e Thanatos*, e a destruição da natureza dentro do contexto da destrutibilidade geral caracteriza a sociedade moderna. Sua hipótese é de que a sociedade moderna, sobretudo em sua forma industrial avançada, caracteriza-se pelo predomínio em cada um de seus membros, de uma estrutura de caráter destrutivo. Em outras palavras, há um desequilíbrio entre vontade e desejo de viver e o desejo de destruir a vida, ou seja, o cálculo pulsional na visão do teórico de Frankfurt, estaria pendente mais à pulsão de morte (MARCUSE, 1999).

Na visão marcusiana, a estrutura de caráter destrutivo está relacionada a uma dimensão mais profunda da sociedade, na qual a própria sociedade se reproduz e introjeta na consciência e no inconsciente individual, ou seja, dimensão profunda é somente um dos fundamentos da manutenção do campo político e econômico instituído socialmente. Por haver afinidade com a conservação do *establishment*, esta estrutura destrutiva encontra ressonância em uma destrutibilidade institucionalizada, com isso, a institucionalização da destruição torna-se clara, aberta e legítima (MARCUSE, 1999).



Dessa maneira, a destrutividade institucionalizada opera primeiramente pela internalização, por parte dos indivíduos, de valores e objetivos alinhados à estrutura de poder hegemônico e à divisão social do trabalho. Ainda que essa introjeção seja sutil e pela via interpelatória, quase imperceptível, ela atua de forma que os sujeitos reproduzam, em suas ações e desejos, as engrenagens e lógicas destrutivas do sistema antes mesmo de se manifestar concretamente em práticas sociais e econômicas.

Além disso, as instituições sociais se configuram como especulares, na medida em que afirmam necessidades coletivas, negam ou cerceiam tantas outras. Nesse processo as demandas criadas pelo sistema se convertem em necessidades internalizadas pelos sujeitos e agora experimentadas como genuinamente suas, como podemos verificar no caso do fetiche da mercadoria⁷. Embora tais necessidades terem sido ampliadas e refinadas no desenvolvimento das sociedades que compõem o sistema-mundo capitalista, já não há a necessidade de serem impostas violentamente, visto que o sistema se respalda em técnicas mais sutis para essa realização (MARCUSE, 1999).

Com isso, o resultado da aderência social à destrutibilidade institucional torna-se possível de ser verificada nos resultados eleitorais, na defesa dos desmontes de aparelhos do estado voltados ao bem-estar social, no apoio massivo a projetos de destruição ambiental, além da prática conivente de aceitação da agressão e corrupção como procedimentos normais da organização social. É sob a sujeição da compensação satisfatória oferecida aos indivíduos que a introjeção dos valores de destruição, pelas vias da interpelação ideológica, criam raízes. Ou seja, sob essas condições, a satisfação da sociedade sempre estará relacionada à destruição (MARCUSE, 1999). O consumo e a destruição dos recursos naturais são, neste contexto, equivalentes ao aumento das satisfações materiais e culturais disponíveis para a maioria da população, como consequência, disso instaura-se a racionalização e a compensação apropriadas pelas vias da destruição.

⁷ O fetiche da mercadoria, foi desenvolvido como conceito por Karl Marx, e refere-se à maneira como as relações sociais são distorcidas na sociedade capitalista, tornando os produtos valorizados por suas propriedades intrínsecas e não por resultado de trabalho humano. Nesse processo, as mercadorias ganham uma "vida própria", ocultando as condições de produção e as relações sociais que as geraram. O fetichismo da mercadoria, portanto, transforma o valor de uso e o valor de troca em elementos quase sagrados, levando o público de consumidores atribuírem significados e valores às mercadorias que vão além de sua utilidade prática, resultando em um processo alienação e uma desconexão entre os indivíduos e o trabalho que estes realizam.



O ataque e genocídio dos povos indígenas, a exploração garimpeira em áreas de reservas e de terras indígenas e quilombolas, a construção de barragens que cerceiam os modos de vida das populações das águas e florestas e arrasam cidades inteiras, o desmatamento criminoso com fins para o agronegócio e tantas outras formas de degradação e morte que temos presenciado no Brasil podem ser entendidos aqui como uma retaliação inerente ao sistema-mundo capitalista às políticas de emancipação dos seres vivos e não vivos.

Conforme aumentam as demandas mercadológicas de exploração e desenvolvimento, os recursos naturais se reduzem e esgotam-se de maneira mais aceleradas, nesse modelo econômico o paradoxo é que quanto mais eficiente o processo produtivo, mais intensos e amplos se configuram os efeitos destrutivos dispostos sobre o ambiente natural e as relações sociais (MARCUSE, 2015). Portanto, o processo de exploração, violação e poluição da natureza, é um projeto político e acima de tudo econômico.

Nas formulações de Marcuse (2015), as funções basilares da civilização tem transcorrido com vias de mudar a natureza do ser humano e o seu entorno natural com o objetivo de civiliza-lo. Dessa forma, o sistema converte pessoas em objetos de consumo e, paralelamente, em engrenagens anônimas da produção, esvaziando suas subjetividades e alienando-os de seus potenciais criativos.

Com isso, frente as crises socioambientais, tornou-se possível demonstrar como a ideologia do desenvolvimento, enquanto mecanismo interpelatório, opera na unidimensionalização das subjetividades, que por sua vez, naturalizam as destruições socioambientais, metamorfoseando pulsão de vida (Eros) em energia produtiva a serviço do sistema-mundo capitalista e sua lógica (MARCUSE, 1999). Em contraposição à essa racionalidade instrumental, responsável em grande medida pela redução do ambiente natural à categoria de recurso a ser explorado e pela institucionalização da pulsão de morte (Thanatos) agora transformada em lógica sistêmica, a racionalidade ambiental (LEFF, 2006) emerge como saída epistêmica e política dessa lógica.

A racionalidade ambiental, proposta por Leff (2006), argumenta que a racionalidade instrumental viabiliza reduzir a natureza em recursos exploráveis, ignorando seu valor intrínseco e sua complexidade. Além disso, segundo o autor, a visão pautada na racionalidade instrumental ignora os limites ecológicos e os conhecimentos tradicionais. A racionalidade



ambiental estaria, nesta perspectiva, mais voltada para a ecologização da razão, numa abordagem transdisciplinar que integre ciências sociais e humanas na compreensão da relação sociedade-natureza, reduzindo as tecnocracias e acentuando processos participativos.

A defesa da autonomia dos povos na gestão de seus territórios também se inscreve na racionalidade ambiental, juntamente com proposta de um desenvolvimento sustentável radical, onde este não seja só um rearranjo técnico do capitalismo, mas uma transformação civilizatória que considere a economia ecológica, a pluralidade dos modos de vida e a equidade intergeracional (LEFF, 2006).

Ao costurar a diversidade de saberes, os limites ecológicos e a justiça social, a racionalidade ambiental ressignifica *Eros* como aglutinador de uma sociedade em *devoir*, aonde a ética do cuidado e do envolvimento suplanta a racionalidade instrumental. Portanto, expor os mecanismos ideológicos de destruição e aniquilamento é somente um movimento, o desafio de fato, parece estar em construir nas brechas do sistema, novas racionalidades que operem na emancipação de pulsões criativas para além da lógica da morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das costuras teóricas e factuais empreendidas neste artigo, nos parece claro que a ideologia, enquanto mecanismo que estrutura a reprodução das relações sociais dentro do sistema-mundo capitalista, atua tanto na conformação de subjetividades, quanto tem sua preponderância na legitimação e aceleração dos impactos socioambientais. Com as contribuições althusserianas, tornou-se evidente que a ideologia não pode ser reduzido a uma simples “falsa consciência”, mas um funcionamento sócio psíquico que interpela os sujeitos, configurando percepções e modos de ações que perpetuam modos de dominação. Podemos destacar este modo interpelatório, por exemplo, nos discursos desenvolvimentistas que sob diversas facetas, naturaliza a exploração do ambiente natural e destrói comunidades inteiras na desculpa de um “progresso” inevitável.

A materialidade do discurso ideológico desenvolvimentista pode ser verificável facilmente no cenário brasileiro, bastando lembrar de incêndios criminosos nos biomas Pantanal e Amazônia, da contaminação deliberada de rios e cursos d’água, do avanço do agronegócio em terras protegidas, sejam elas indígenas ou não, e o financiamento por parte do Estado brasileiro a projetos predatórios como é o caso do destino de recursos financeiros ao



Plano Safra no montante de R\$ 409 bilhões, contra míseros R\$ 4,3 bilhões para políticas socioambientais, evidenciando o alinhamento entre Estado, capital e destruição. Com isso, recordamos que esta lógica não é ocasional, mas refratária do colonialismo agora reforçado de forma sutil pelos aparelhos ideológicos de Estado, que perpetuam e pactuam com a dissimulação da violência sob o argumento do crescimento econômico.

Ao realizar uma costura teórica entre os pensamentos de Althusser e Marcuse, evidenciamos como o sistema-mundo, sob a lógica do capital, não apenas atua no viés exploratório, mas na institucionalização da pulsão de morte (Thanatos). Essa destrutibilidade habilmente organizada no sistema, transforma o ambiente natural e corpos marginalizados em objetos descartáveis, enquanto a ideologia trabalha no manejo de mecanismos compensatórios, tais como o consumo, os nacionalismos e o produtivismo, todos funcionando para mascarar a barbárie em curso. Com isso, a adesão de grande parcela da população à projetos que genocidas e de destruição socioambiental, como temos visto nas eleições recentes, sobretudo no governo de Jair Bolsonaro, escancara o logro de uma interpelação ideológica alienante. A realidade tomada nessa perspectiva é que, os indivíduos reproduzem na grande maioria das vezes os mesmos mecanismos de opressão dos quais são também vítimas.

No entanto, se a ideologia é omnipresente, ela também pode ser contraditória. É o caso de resistências indígenas, quilombolas e ecosocioambientais, que repelem veementemente a mercantilização da vida e demonstram cotidianamente que a consciência crítica e a organização política podem, de certa maneira, romper com a unidimensionalidade imposta pelo capital na configuração do sistema-mundo. Neste caso, o pensamento althusseriano nos alerta que qualquer transformação não requer somente denúncia, mas uma construção de perspectivas que disputem também o imaginário social.

Neste contexto de domínio ideológico e destruição sistêmica, a racionalidade ambiental (LEFF, 2006) figura-se como oposição radical à racionalidade instrumental hegemônica. Enquanto esta reduz o ambiente natural e os seres vivos e não vivos a objetos de exploração, justificando a devastação e a morte em nome do “des-envolvimento”, a racionalidade ambiental aponta para uma ruptura epistêmica ao integrar a multiplicidade de saberes tradicionais, os limites ecológicos e a justiça social, desmontando assim o engodo desenvolvimentista e propondo uma reconstrução da relação entre sociedade e natureza, agora sob bases não mais



mercantis. Se a racionalidade técnica opera como braço ideológico do capital, a racionalidade ambiental resgata Eros como princípio organizador de uma economia política fundada no cuidado regenerativo e na autodeterminação dos povos.

No entanto, essa transição não é simplesmente teórica, mas materializa-se nas lutas sociais, nas práticas agroecológicas e na resistência de comunidades indígenas e quilombolas, das águas e das florestas, tornando assim exemplos concretos de como a descolonização do imaginário social pode inaugurar alternativas à necropolítica capitalista.

Na construção deste artigo, buscamos reforçar que a crise socioambiental não é a consequência de equívoco dentro do sistema-mundo capitalista, mas inerente ao seu próprio modo de funcionamento. Suplantar esse modelo requer não somente negar a ideologia desenvolvimentista e suas promessas, mas substituí-la quiçá, por uma ética radicalmente socioambiental, que reconheça a natureza e povos tradicionais e marginalizados como sujeitos de direito, não como recursos a serem esgotados. Como bem advertidos por Marx (2004), a emancipação humana só é possível com a superação de acumulação, transmutada em uma relação não predatória com o ambiente natural e seus recursos. Talvez seja essa, uma utopia possível e uma alternativa ao projeto de mortandade em curso.

Por fim, torna-se importante salientar que, a análise proposta neste artigo não esgota o debate a respeito do tema, mas se posiciona num esforço coletivo de desnaturalização da violência do capital e no endossamento da importância de re-imaginar futuros possíveis, certos de que a teoria só pode ser completada numa práxis que seja transformadora.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: Éditions La Découverte, 1986.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. 1970.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1999.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

FROMM, Erich. **Anatomia da destrutividade humana**. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



LACAN, Jacques. O estágio de espelho como formador da função do eu (1949). In: **Escritos**, 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luiz Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 560 p.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR>>. Acesso em: mai. 2025.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. LTC: Rio de Janeiro, 1999.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**. São Paulo: Editora Edipro, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I, Tomo I. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-30.

SAMPEDRO, F. A teoria da ideologia de Althusser. In: NAVES, M. B. (Org.). **Presença de Althusser**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2010.